



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 113/2023

PUBLICADO EM:	<u>03/08/2023</u>
EDIÇÃO NÚMERO:	<u>2487</u>
JORNAL:	<u>DIÁRIO OFICIAL</u>

SÚMULA: Regulamenta as atividades de Secretaria da Câmara Municipal de Campo Largo, a serem executadas pelo Setor Legislativo, conforme especifica.

JOÃO CARLOS FERREIRA, Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Largo, no exercício de suas atribuições previstas no § 2º do art. 122 do Regimento Interno, no que tange à organização dos processos e ao desenvolvimento das atividades do Legislativo desta Casa de Leis, **determina:**

Art. 1º. As atividades da Secretaria descritas no Regimento Interno, acerca do protocolo de proposições legislativas, triagem, inclusão no sistema legislativo, tramitação e análise prévia ao recebimento pela Mesa Executiva ficam a cargo do Setor Legislativo.

Art. 2º. Toda proposição legislativa deverá ser apresentada ao Setor Legislativo, o qual manterá controle de numeração e protocolo.

Art. 3º. Processada a proposição, os setores competentes realizarão, antes do recebimento pela Mesa Executiva, em até 15 dias úteis, e, respeitada a ordem de apresentação, a revisão da proposição quanto aos aspectos regimentais, redacionais, à forma e à técnica legislativa, exarando Parecer Prévio.

Art. 4º. As proposições que recebam parecer jurídico prévio contrário quanto à igualdade ou semelhança, pedido genérico, impreciso ou muito abrangente, poderão ser indeferidas de plano pelo Setor Legislativo, sem possibilidade de recurso, nos termos regimentais, sendo comunicado o autor.

Art. 5º. As proposições que recebam parecer jurídico prévio contrário quanto à observância à técnica legislativa, nos termos regimentais e legislação específica, poderão ser indeferidas de plano pelo Setor Legislativo, sendo comunicado o autor, para que, querendo, adéque-a.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Art. 6º. As proposições que recebam parecer jurídico prévio contrário quanto à competência legislativa municipal e prerrogativa de iniciativa, poderão deixar de ser recebidas pela Mesa Executiva, sendo comunicado o autor.

Parágrafo único. Da decisão de não recebimento, cabe recurso, nos termos regimentais.

Art. 7º. Após a revisão da proposição de que trata os artigos anteriores, ela será incluída no sistema legislativo e será encaminhada para inclusão na pauta.

Art. 8º. Os requerimentos de Pedidos de Providências, estarão sujeitos a análise prévia do Setor Legislativo quanto à igualdade ou semelhança, pedido genérico, impreciso ou muito abrangente e quanto à observância da técnica legislativa, nos termos regimentais e legislação específica, podendo ser indeferidos de plano pelo Setor Legislativo, se estiverem em desacordo.

§ 1º. Do indeferimento de que trata este artigo cabe recurso à Diretoria Legislativa, a qual decidirá de plano sobre as razões do recurso, informando ao autor.

§ 2º. Serão admitidos até 05 (cinco) requerimentos de pedido de providências por Parlamentar por sessão legislativa ordinária.

Art. 9º. Os Pareceres Jurídicos Prévios são de carácter técnico, imparcial, e, não vinculativo, servindo de suporte à decisão de admissibilidade das proposições pelas Comissões Permanentes.

Art. 10º. Após incluída em pauta a proposição e os pedidos de providência, serão lidos e seguirão a tramitação regimental.

Art. 11º. Os casos omissos e eventuais particularidades não contempladas por este instrumento, deverão ser levados à Diretoria Legislativa que na impossibilidade de dirimi-los, formulará consulta à Presidência.

Art. 12º. As decisões da Presidência acerca das consultas de que trata o artigo 11º constituirão precedente, vinculando o Setor Legislativo à sua aplicação.

Art. 13º. O Setor Legislativo manterá arquivo digital dos precedentes, incluindo nos sistemas que possibilitem consulta do público em geral.

Art. 14º. Os prazos de tramitação regimentais correm a partir do recebimento da proposição pela Mesa, consubstanciado pela inclusão na Ordem do Dia, não



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

computando o período de análise prévia de que trata este instrumento.

Art. 15º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Largo, 02 de agosto de 2023.

JOÃO CARLOS FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo